

Em dia de votações, Senado destranca pauta e define número de vereadores

Plenário aprova também proposta de emenda constitucional que eleva de 25% para 29% a parte dos estados e municípios nos repasses da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide)



Roccevelt Pinheiro

Com a votação de quatro medidas provisórias, o Senado pôde decidir sobre projetos que vinham aguardando a liberação da pauta. O principal deles é a proposta de emenda constitucional que fixa o número de vereadores, que recebeu 51 votos a favor e 7 contra. Os senadores aprovaram ainda projeto que regula a participação das Forças Armadas na segurança pública.

MARATONA Em sessão que se prolongou pela noite, os senadores examinaram, além de MPs e PECs, mensagens indicando autoridades

Página 3



Jane de Araújo

ATIVIDADES João Paulo (C) e Sarney (D) – na foto, com o empresário José Augusto Marques – levaram idéia ao presidente Lula

Recesso parlamentar pode ser adiado para agosto

Página 8

Palocci conversa com aliados e acredita no mínimo de R\$ 260

Depois de se reunir por quase três horas com senadores da base governista, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, disse acreditar na aprovação da medida provisória que eleva para R\$ 260 o valor do salário mínimo. Quatro senadores discutiram ontem a MP em Plenário.

Página 6



Célio Azevedo

CONVERSA Palocci (entre Hélio Costa, Ideli Salvatti e Renan Calheiros) chega para reunião de quase três horas com base aliada

Divulgação de gastos públicos pela Internet vai ao Plenário

Proposta do senador João Capiberibe é aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

Página 7

Suplicy: reforma tributária deve manter direito a renda mínima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou preocupação com a possível rejeição, pela Comissão da Reforma Tri-

Roosevelt Pinheiro



Suplicy critica mudança proposta na Câmara

butária da Câmara dos Deputados, de proposta aprovada no Senado que altera o artigo 203 da Constituição para obrigar a União a instituir programa de renda mínima. A medida seria destinada a assegurar

uma subsistência das famílias, com prioridade para as de baixa renda. A obrigatoriedade foi colocada no texto da reforma tributária aprovado pelo Senado e seria realizada por meio de convênio da União com os estados, o DF e os municípios.

De acordo com Suplicy, o relator da reforma na Câmara, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), retirou todo o parágrafo que trata do assunto, alegando falta de consenso. Suplicy disse temer que a inclusão da renda básica de cidadania na Constituição acabe ficando para a terceira etapa da reforma tributária, em 2007.

Virgílio Guimarães se comprometeu a manter o texto aprovado pelo Senado, desde que haja solicitação nesse sentido ao Plenário da Câmara. Suplicy informou que deverá ser apresentado requerimento por algum deputado petista.

– Não precisamos excluir agora o que já foi aprovado por duas vezes, por ambas as Casas – ressaltou Suplicy.

Agenda

Segundo turno de votação das PECs da Cide e dos vereadores

A sessão de hoje do Plenário do Senado, marcada para as 10h, realiza o segundo turno de votação da proposta de emenda à Constituição que dispõe sobre o limite de despesas e a composição das câmaras de vereadores (PEC 55/01). Também em

pauta está a proposta (PEC 17/04) que altera o Sistema Tributário Nacional para estabelecer a distribuição a estados e ao Distrito Federal do produto da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

CRE define bancada para reunião com Kofi Annan

Na reunião de hoje da Comissão de Relações Exteriores (CRE), às 9h30, será criada a Bancada do Milênio, um grupo de senadores que vai se reunir com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan (foto). Também estará presente na CRE o embaixador Carlos Lopes, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil.



Projeto que beneficia idosos na pauta da Comissão de Justiça

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa hoje, às 10h, projeto determinando que o pagamento de dívidas aos idosos seja feito em espécie, não por meio de



precatórios (PEC 1/03). No mesmo horário, a Comissão de Educação (CE) vota proposta que trata do nível de formação de professores da educação básica (PLS 358/03).



Seguro-desemprego pode ser ampliado

Em discussão na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto que aumenta para dez meses o período máximo do seguro-desemprego (PLS 54/02). Atualmente o benefício é concedido por até cinco meses. O colegiado também analisa proposta (PLS 187/02) que permite a oferta de planos segmentados de assistência farmacêutica.

CPI dos Transgênicos vota pedidos de audiência

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Transgênicos realiza reunião administrativa hoje, a partir das 9h. O encontro tem o objetivo de votar requerimentos apresentados pelos parlamentares solicitando audiências públicas. A CPI, presidida pelo senador João Capiberibe (PSB-AP), investiga o contrabando de sementes transgênicas de soja.



Demarcação de terras

A comissão externa que discute os conflitos que envolvem a demarcação de terras indígenas do país, especialmente em Mato Grosso do Sul e Roraima, realiza audiência pública hoje, a partir das 17h. Os parlamentares vão ouvir o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes.

Exposições no Congresso

Continua no Salão Negro do Congresso a exposição *Tesouro dos Mapas*, que pode ser visitada de terça a sexta, das 9h30 às 17h30, e sábados, domingos e feriados, das 9h às 17h. No Gabinete de Arte, na Presidência da Câmara, estão expostas obras de Athos Bulcão. Visitas de sexta a segunda, das 9h às 17h.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Ana Júlia alerta para impasse entre médicos e planos de saúde

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) pediu a intervenção da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nas operadoras de planos de saúde cujos médicos credenciados ameaçam suspender o atendimento aos usuários. Essa atitude estaria sendo motivada pelo impasse nas negociações sobre o reajuste da tabela de honorários médicos.



Ana Júlia pede mediação da ANS para sanar a crise

Segundo Ana Júlia, o processo de negociação sobre a tabela, definida pela Comissão Nacional de Honorários Médicos, foi iniciado em agosto de 2003. A partir de então, os credenciados começaram a discutir o assunto diretamente com as operadoras em cada estado. A queixa da senadora é que as operadoras costumam receber reajustes anuais, mas resistem em aumentar os honorários.

Suassuna diz que Prouni vai aperfeiçoar o ensino superior

Ao elogiar o Programa Universidade para Todos (Prouni), lançado recentemente pelo ministro da Educação, Tarso Genro, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) opinou que a aprovação do projeto pelo Congresso contribuirá para mudar qualitativamente a realidade do ensino superior no Brasil. Ele também informou que a estimativa é que o programa deverá permitir a entrada de 360 mil alunos no ensino superior.

– O Ministério da Educação merece todos os méritos porque incluiu no Prouni, como pontos relevantes, o sistema de cotas e o acesso dos alunos de baixa renda às universidades públicas e privadas – afirmou.



Suassuna apóia sistema de cotas adotado pelo MEC

VOTAÇÕES

Plenário aprova em primeiro turno proposta de emenda constitucional que reduz o corte no número de vereadores do país. Projeto institui 22 faixas de população para definir a composição das câmaras municipais

Senado poderá concluir hoje a aprovação da PEC dos Vereadores

Sob protestos dos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Almeida Lima (PDT-SE), o Senado aprovou ontem, em 1º turno, por 51 votos favoráveis contra 7, a proposta de emenda à Constituição, já aprovada pela Câmara dos Deputados, que mantém 5.062 vagas de vereadores das 8.528 extintas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dessa forma, o número de vereadores no país será reduzido de 60.276 para 55.214.

A chamada PEC dos Vereadores deverá ser votada hoje em 2º turno e, se aprovada, seguirá à promulgação e seus efeitos valerão já para as eleições de outubro. A PEC também diminui o repasse de recursos das prefeituras para os legislativos municipais, o que vai gerar uma economia estimada em torno de R\$ 430 milhões ao ano.

Para que a matéria (PEC 55A/01) pudesse ser votada ontem em 1º turno e incluída na pauta de votações de hoje, foi aprovado requerimento, assinado pelos líderes, solicitando dispensa dos prazos regimentais. O objetivo foi conseguir a promulgação do texto antes do dia 10 de junho, quando começa o prazo para realização das convenções partidárias que definirão as candidaturas às eleições municipais.

Como o líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), não assinou o requerimento, o senador Almeida Lima (PDT-SE)

Composição das câmaras

Nº de habitantes do município	Nº de vereadores
Até 7 mil	7
Entre 7 mil e 15 mil	9
Entre 15 mil e 25 mil	11
Entre 25 mil e 50 mil	13
Entre 50 mil e 75 mil	15
Entre 75 mil e 100 mil	17
Entre 100 mil e 250 mil	19
Entre 250 mil e 500 mil	21
Entre 500 mil e 600 mil	23
Entre 600 mil e 700 mil	25
Entre 700 mil e 800 mil	27
Entre 800 mil e 900 mil	29
Entre 900 mil e 1 milhão	31
Entre 1 milhão e 1,2 milhão	33
Entre 1,2 milhão e 1,4 milhão	35
Entre 1,4 milhão e 2 milhões	37
Entre 2 milhões e 3 milhões	39
Entre 3 milhões e 4,5 milhões	41
Entre 4,5 milhões e 6 milhões	43
Entre 6 milhões e 8 milhões	47
Entre 8 milhões e 10 milhões	51
Acima de 10 milhões	55

apresentou questão de ordem alegando que a falta de unanimidade entre os líderes inviabilizaria a antecipação da apreciação da matéria. O presidente José Sarney levou o assunto ao Plenário, cuja maioria rejeitou a tese de Almeida Lima. O senador Alvaro Dias, favorável à diminuição do número de vereadores, considerou absurda a redução dos prazos para acelerar o processo de votação.

A partir daí, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), que passou a presidir os trabalhos, convocou e encerrou sucessivas sessões para contar as cinco sessões de discussão necessárias para deliberar sobre a proposta de emenda à Constituição. A supressão de

prazos e interstícios teve o protesto do PDT. O senador Almeida Lima lamentou que, mesmo sem consenso entre os líderes partidários, os prazos tenham sido suprimidos, contrariando uma praxe do Senado.

A proposta de emenda constitucional institui 22 faixas populacionais para definir a composição das câmaras municipais, segundo uma fórmula ma-

temática. Por exemplo, nos municípios de até 7 mil habitantes, serão eleitos sete vereadores; entre 7 mil e 15 mil habitantes, serão nove. A proposta também estabelece seis faixas de limites para as despesas municipais com as câmaras de vereadores. Pela regra, quanto maior a população, menor é o orçamento destinado às câmaras (veja quadro ao lado).

Jefferson lamenta a quebra de prazos

Rosevelt Finheiro



PREOCUPAÇÃO "Abre-se um precedente ruim. A maioria poderá esmagar a minoria"

O líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), protestou ontem contra o acordo firmado entre os líderes dos demais partidos representados no Senado, de ignorar os prazos regimentais necessários à tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC 55A/01) que mantém 5.062 vagas de vereadores das 8.528 extintas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O representante do Amazonas observou que, segundo o acordo, a PEC dos Vereadores será votada hoje pelo Plenário, em segundo turno, sem a concordância do PDT, o que também rompe com praxe de reduzir prazos mediante concordância de todos os líderes partidários.

– Nem acordo unânime dos líderes pode quebrar o Regimento Interno, que é lei. Vai ser violentado o regimento e quebrada uma antiga praxe do Senado Federal. Abre-se um precedente ruim. A maioria poderá esmagar a minoria. Os líderes tiveram a delicadeza de me perguntar se eu me sentiria afrontado com a decisão. Não me sinto afrontado. Não é uma questão pessoal. Eu apenas comuniquei a eles que viria ao Plenário trazer o protesto do Partido Democrático Trabalhista – declarou Jefferson Péres.

Aumento dos repasses da Cide passa em primeiro turno

O Plenário aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional (PEC 17/04) que aumenta de 25% para 29% a parte dos estados e municípios nos repasses da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), conhecida como "imposto sobre os combustíveis". Os municípios têm direito a 25% da parte destinada aos estados.

A arrecadação anual da Cide é de aproximadamente R\$ 10 bilhões – a União fica com R\$ 7,1

bilhões, os estados com R\$ 2,17 bilhões e os municípios com R\$ 730 milhões. Os recursos devem ser aplicados na construção e restauração de rodovias.

A mudança foi fruto de negociações entre o Planalto e governadores, que pressionavam para mudar os termos da renegociação das dívidas estaduais e municipais, pois enfrentam dificuldades para pagar. O Executivo federal recusou mudar a renegociação, mas concordou em aumentar

o repasse da Cide.

A votação em primeiro turno da PEC ocorreu após acordo de lideranças para que fossem realizadas, na noite de ontem, cinco sessões extraordinárias seguidas, para contar prazos para a votação. Em nome do PDT, o senador Almeida Lima (SE) tentou impedir a votação, mas foi derrotado.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ana Júlia Carepa (PT-PA) sustentaram que estados e municípios ganharão

mais de R\$ 400 milhões por ano com a alteração. Tião Viana (PT-AC) lembrou que, por se tratar de aumento de repasse, não via razão para voto contrário. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) destacou que esse foi o caminho para evitar nova renegociação das dívidas. Para Sérgio Guerra (PSDB-PE), a alteração mostra que o Estado brasileiro começa a se preocupar com a situação das rodovias.

O segundo turno de votação da PEC está previsto para hoje.

Mais recursos para municípios de regiões metropolitanas

Os municípios integrantes de regiões metropolitanas com população igual ou superior a 129.049 habitantes deverão passar a receber recursos da reserva do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O benefício está previsto no projeto de lei complementar da Câmara (PLP 108/03) aprovado ontem pelo Plenário do Senado e que segue, agora, à sanção presidencial.

A proposição irá beneficiar, de imediato, quatro municípios: Águas Lindas de Goiás (GO), Timon (MA), Itaguari e Queimados (RJ). Em seu parecer, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) observou que os municípios já vêm absorvendo responsabilidades crescentes, ampliadas quando passam a integrar uma região metropolitana.

– São áreas que precisam de recursos adicionais para enfrentar desafios crescentes – afirmou.

A aprovação da matéria, conforme assinalou ainda o relator, não altera o volume de recursos tributários destinados aos municípios, afetando apenas a distribuição do FPM entre os entes beneficiados. O projeto foi aprovado com uma emenda supressiva, que retirou do texto original a possibilidade de os efeitos financeiros da lei retroagirem a 2002. A intenção era evitar eventuais ajustes nos repasses já efetuados aos municípios beneficiários da reserva do FPM.

Carreira de fiscal agropecuário é reestruturada

O Senado Federal aprovou ontem, em regime de urgência, o projeto de lei da Câmara (PLC 35/04) que reestrutura a remuneração e define as competências dos ocupantes dos cargos da carreira de fiscal federal agropecuário. O projeto segue para sanção do presidente da República.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) assinalou a importância da reestruturação.

VOTAÇÕES

Plenário aprova medida provisória e projetos de conversão, destrancando a pauta. Dentre as outras propostas acolhidas, está a que garante a participação das Forças Armadas na defesa da segurança pública

Aprovação de MPs libera a pauta

Com a aprovação de uma medida provisória e de três projetos de conversão de MPs, o Plenário pôde votar ontem outras propostas constantes da ordem do dia. Foram acolhidos a medida provisória que aumenta a participação da União no capital social do Banco do Brasil, o projeto de conversão que

amplia a participação da Eletrobrás na Companhia Energética do Maranhão; o que antecipa recursos da Cide a estados e municípios em situação de calamidade pública; e o que isenta da CPMF a transferência de recursos entre contas correntes de investimento.

União injeta R\$ 1,4 bi para aumentar capital social do BB

O Plenário aprovou ontem a medida provisória (MP 180/04) que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 1,4 bilhão para aumentar a participação da União no capital social do Banco do Brasil (BB). Os recursos deverão se originar da arrecadação extra de receita oriunda da alienação de títulos e valores mobiliários. A matéria vai agora à promulgação.

O aumento do capital social do BB estará atrelado à oferta pública de aquisição (OPA) de bônus de subscrição das séries "B" e "C". Com os recursos, o banco poderá resgatar esses bônus, que, pela diferença entre os valores de mercado e de face, estariam afetando o valor das ações da instituição.

Eletrobrás amplia participação no controle da Cemar

Aprovado ontem pelo Plenário do Senado, vai à sanção o projeto de lei de conversão (PLV 37/04) oriundo da medida provisória (MP 181/04) que autoriza a transformação, em ações, de parte dos créditos da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) junto à Companhia Energética do Maranhão (Cemar). A ampliação da participação da Eletrobrás no capital social da Cemar tem por objetivo não só viabilizar a amortização dessa dívida, como também a conclusão do processo de privatização da concessionária maranhense, iniciado em 2000.

Até fevereiro passado, a dívida da Cemar com a Eletrobrás situava-se em R\$ 265 milhões. Com a conversão de 60% desse débito em ações, algo em torno de R\$ 154 milhões, a participação societária da Eletrobrás naquela companhia saltará de 1,63% para 40%.



IMPORTÂNCIA João Alberto lembra que recursos são essenciais em caso de flagelos

Estados em calamidade receberão Cide

O Plenário aprovou ontem, por votação simbólica, projeto de conversão (PLV 35/04) que altera a Medida Provisória 178/04 e que determina à União antecipar recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) aos estados e municípios em calamidade pública. Assim, em vez de receber o dinheiro no 5º dia

Transferência entre aplicações é isenta da CPMF

Foi acolhido pelo Senado o projeto de lei de conversão (PLV 36/04) que isenta do pagamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) as transferências de dinheiro entre contas correntes de investimento. Substitutivo da Medida Provisória 179/04, o projeto estabelece que o desconto da CPMF só se dará no momento da transferência do dinheiro de uma conta corrente convencional para uma conta de investimento.

No seu parecer, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) referiu-se especialmente ao benefício que a isenção representará para as aplicações de investidores estrangeiros no Brasil. Como o país precisa finan-

ciar após o trimestre, o estado que sofrer calamidade contará com os recursos até o 10º dia do mês seguinte ao desastre. A verba deve ser aplicada na recuperação de rodovias que foram danificadas em virtude de fenômenos naturais.

Por lei, a União fica com 75% de toda a arrecadação da Cide – conhecida como “imposto dos combustíveis” –, repassando 25% aos estados. Estes, por sua vez, são obrigados a destinar aos municípios 25% de sua parte. Desde que foi criada a contribuição, em janeiro de 2002, o governo federal já arrecadou R\$ 18,7 bilhões. Em 2004, a arrecadação somou até abril R\$ 2,76 bilhões – os estados e municípios só passaram a ter direito a uma parcela da Cide a partir de 1º de janeiro deste ano.

Durante a votação, o senador José Jorge (PFL-PE) lembrou que a lei é clara ao determinar que a quase totalidade do “imposto dos combustíveis” deve ser aplicada na construção e recuperação de estradas.



BENEFÍCIO Rodolpho Tourinho destaca estímulo a investimento estrangeiro

ciar no curto prazo sua alta dívida pública, a aplicação de capital externo no mercado financeiro e nas bolsas de valores pode ser estimulada com a isenção da cobrança da CPMF em cascata.

A principal alteração feita no texto vindo da Câmara dos Deputados, e que, por esta razão, volta àquela Casa, diz respeito ao poder do ministro da Fazenda para determinar que faixas de operações de crédito estão

– O brasileiro precisa saber que paga mais de 50 centavos por litro de combustível para recuperação de estradas, mas ele só anda trafegando em buracos. O governo está desviando o dinheiro para pagar juros da dívida pública – denunciou.

Hélio Costa (PMDB-MG) afirmou que as estradas brasileiras estão “tão ruins” que uma juíza determinou a interdição da rodovia federal que liga Uberlândia a Araxá.

Alvaro Dias (PSDB-PR) ironizou a medida provisória, que exige calamidade pública “para antecipar em alguns dias” a liberação do dinheiro da Cide.

O relator-revisor da MP, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), sustentou que a antecipação é importante para estados afetados por calamidades, pois eles têm de abrigar e alimentar não só as pessoas desalojadas de suas residências, como também reconstruir as estradas. O parlamentar aceitou uma emenda e, por isso, o projeto de lei de conversão voltará ao exame dos deputados.

sujeitas à cobrança da CPMF.

A legislação vigente autoriza o ministro a dispensar a cobrança da CPMF operações de crédito quando entender que é justificável. O texto da MP, entretanto, introduzia a possibilidade de o ministro estabelecer limites de valor para essa dispensa, quando o correntista for pessoa física. Já a Câmara dos Deputados estabeleceu a possibilidade do estabelecimento de limites em todas as operações de crédito, inclusive de pessoas jurídicas.

Alvaro Dias (PSDB-PR) alertou para o prejuízo aos cidadãos de baixa renda, com a impossibilidade de pagar dívidas em dinheiro. E o senador José Jorge (PFL-PE) pediu destaque para a emenda do deputado Colbert Martins (PPS-BA), que dava aos contribuintes o direito de descontar do Imposto de Renda a CPMF paga no ano anterior. A emenda foi rejeitada.



MUDANÇA César Borges é autor da proposta que amplia atuação dos militares

Projeto garante Forças Armadas na segurança

O Senado aprovou projeto de lei complementar (PLS 221/03) do senador César Borges (PFL-BA) que garante a participação das Forças Armadas na defesa da segurança pública, com atribuições de combate ao crime organizado não previstas até agora pela Constituição e nem pela Lei Complementar 97, de 1999, que trata da organização, preparo e emprego de Exército, Marinha e Aeronáutica. O projeto segue para a Câmara dos Deputados.

Com 58 votos favoráveis e nenhum contrário, o Senado acolheu, na verdade, um substitutivo dos senadores Marcelo Crivella (PL-RJ) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que garante uma presença muito maior das Forças Armadas nas ações de segurança pública do que previa o projeto original de César Borges.

Em sua justificativa, acatada pelo relator Marcelo Crivella, César Borges cita os juristas Clóvis Beviláqua e Othon Sidou, que definem “ordem pública interna” e permitem incluir no conceito as atribuições constitucionais das Forças Armadas. A proposta aprovada estabelece que o “preparo” das Forças Armadas compreende, dentre outras, as atividades de planejamento, organização, instrução, articulação, adestramento e inteligência.

A ação das Forças Armadas na segurança pública será determinada pelo presidente da República, “de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado”.

VOTAÇÕES

Senadores acolhem indicações para cargos de ministros e para direção de agência, além de empréstimos aos estados

Senado aprova indicação de Luiz Otávio para o TCU

O Senado aprovou na noite de ontem, com 44 votos sim, 18 não e 2 abstenções, o projeto que escolhe o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), na vaga aberta pela aposentadoria do ministro Iram Saraiva. A matéria (PDL 527/03) segue agora para exame da Câmara dos Deputados.

De acordo com o parecer do relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), o currículo de Luiz Otávio mostra que o parlamentar paraense possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual foi designado. Ademais, assinalou Jucá, Luiz Otávio já exerceu diversos mandatos como vereador, deputado estadual e, atualmente, senador.

— Além da já mencionada atividade parlamentar, cumpre ressaltar as relevantes funções públicas que exerceu: secretário especial de Produção, em 1998, e secretário estadual de

Transportes, em 1999 — completou Jucá.

O Plenário também acolheu o nome de Eros Roberto Grau, professor de Direito da Universidade de São Paulo (USP), para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele foi indicado para a vaga do ex-presidente daquela Corte, Maurício Corrêa, que se aposentou compulsoriamente em maio, por ter completado 70 anos. De um total de 65 senadores que registraram seu voto, 57 votaram a favor, 5 contra e 3 se abstiveram.

Diretor da ANP

Outra indicação aprovada foi a do engenheiro Newton Monteiro para o cargo de diretor-técnico em Exploração e Produção de Petróleo e Participações Governamentais da Agência Nacional do Petróleo (ANP), com 44 votos favoráveis, 4 contrários e 2 abstenções. Desde 2002 ele vem ocupando o cargo. O mandato é de dois anos.

Foi acolhido o nome de Luiz Fernando Vasconcelos para o

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), vinculado ao Ministério da Justiça. O Conselho tem por atribuições zelar pela livre concorrência, prestar esclarecimentos ao público como forma de evitar infrações à ordem econômica e decidir sobre questões relativas às infrações. Na sessão de ontem, o Plenário referendou ainda, por 57 votos a favor, 1 contra e 4 abstenções, a escolha do diplomata Otto Agripino Maia para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Suécia.

Também foram aprovados os nomes dos diplomatas Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado para representar o Brasil junto à Ordem Soberana e Militar de Malta; George Ney de Souza Fernandes, que chefia a embaixada no Zimbábue, para acumular a função no Malauí; e Celso Marcos Vieira de Souza, embaixador na Áustria, para exercer, cumulativamente, o cargo na Eslováquia, Eslovênia e Croácia.

Empréstimos para infra-estrutura

Dois projetos que autorizam o governo do Ceará e a prefeitura de Florianópolis (SC) a contratarem empréstimo externo foram aprovados ontem pelo Senado (PRs 19 e 20/04). O Ceará fica autorizado a tomar US\$ 100 milhões emprestados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para obras de saneamento. Florianópolis poderá obter financiamento de US\$ 22,4 milhões do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata).

Os recursos contratados pela prefeitura de Florianópolis são destinados a financiar parcialmente as obras de infra-estrutura

e de serviços urbanos na capital de Santa Catarina. Apesar de anunciar a importância do empréstimo e o seu voto favorável, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) comunicou que havia uma série de dúvidas e preocupações do município, sobretudo no que diz respeito a indenizações e questões ambientais.

Já o empréstimo para o Ceará deverá financiar a segunda etapa do programa de infra-estrutura básica e saneamento do estado (Sanear II).

Também foi acolhido pelo Plenário o projeto (PDL 392/04) que trata de acordo firmado entre os governos do Brasil e do

Japão para o financiamento do Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista (SP). O empréstimo, no valor de 21,637 bilhões de ienes, será realizado pelo Japan Bank for International Cooperation à Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp). O acordo segue para sanção presidencial.

O relator da matéria, senador Hélio Costa (PMDB-MG), ressaltou que o programa beneficiará nove cidades com redes de esgoto, investimentos em saúde preventiva e melhoria das praias. Os investimentos, continuou, beneficiam a indústria do turismo na região.



DEFESA Patrícia Saboya e Maria do Rosário (D) receberam de dirigentes da organização documentos com 70 mil assinaturas

ONG propõe censura de sites de pedofilia

A comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil recebeu ontem, da organização não-governamental (ONG) Censura, dossiê contendo 1.650 denúncias de pedofilia na Internet.

Também foi entregue à presidente da CPI, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), e à relatora, deputada Maria do Rosário (PT-RS), documento com 70 mil assinaturas solicitando a aprovação de uma lei que possibilite censurar os sites que divulgam material relacionado à pedofilia. A relatora confirmou que pretende apresentar, ao final da CPI, projeto de lei para combater esse tipo de crime.

A pedofilia na Internet foi o tema da audiência pública da

CPI. A representante da ONG, Roseane Gonçalves dos Santos Miranda, disse que crianças de todo o mundo estão sendo abusadas, violentadas e até assassinadas para satisfazer prazeres de quem frequenta sites de pedofilia. Ela afirmou que a ONG foi criada após, em uma sala de bate-papo na rede mundial, ter visto a fotografia de uma menina de aproximadamente seis anos, com coleira de cachorro no pescoço, ser estuproada. Isso ocorreu em 1998.

Também integrante da ONG, Anderson Batista de Miranda informou que um dos objetivos da organização é conscientizar as pessoas de que a pedofilia na Internet é crime. Ele revelou que nos seis anos em que atua na organização pôde concluir que existe uma máfia por trás da pedofilia na rede mundial.



Diretor-geral abre exposição sobre presidentes do Senado

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, abriu na noite de ontem, no shopping center Conjunto Nacional, em Brasília, a exposição O Senado e seus Presidentes. Agaciel é autor de livro com dados biográficos dos senadores que presidiram a Casa, desde o início das atividades da instituição, em 1826.



APOIO Reginaldo lembra que proposta homenageia data de nascimento de Luiz Gonzaga

Projeto que institui Dia Nacional do Forró vai a Plenário

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer do senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) favorável a projeto da Câmara (PLC 29/04) que institui o dia 13 de dezembro como o Dia Nacional do Forró. O projeto vai à votação do Plenário.

Reginaldo informou que a data

escolhida tem uma razão: naquele dia nasceu o cantor e compositor Luiz Gonzaga, um dos maiores músicos que o país já teve.

Na mesma reunião, a CE acolheu parecer de Aelton Freitas (PL-MG) favorável a proposta da Câmara que denomina Presidente Juscelino

Kubitschek a rodovia BR-020, que liga Brasília (DF) a Fortaleza (CE). Ele classificou a homenagem como justa e afirmou que o próprio JK considerou aquela rodovia a estrada da integração nacional, já que promove a ligação entre as regiões Centro-Oeste e Nordeste.

O vice-presidente da CE, senador Hélio Costa (PMDB-MG), aproveitou a reunião para pedir ao ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu, que envie logo ao Congresso Nacional proposta criando o Conselho Federal dos Jornalistas (CFJ).

SALÁRIO MÍNIMO O ministro da Fazenda reuniu-se com a base governista para discutir o mínimo. Jucá anunciou a formulação de política para recuperação salarial. Já Crivella, Eduardo, Paim e Papaléo defenderam reajuste maior

PALOCCI ACREDITA NA APROVAÇÃO DOS R\$ 260

Após reunião de quase três horas com senadores da base governista, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, disse acreditar na aprovação da medida provisória (MP 182/04) que elevou em R\$ 20 o valor do salário mínimo. Ele descartou qualquer outro aumento e ressaltou que estão sendo discutidas medidas sociais e de crescimento econômico que constariam da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do orçamento do próximo ano. De acordo com o ministro, o diálogo com os senadores foi positivo e o governo está trabalhando para obter maioria para aprovação da matéria como veio da Câmara. O valor fixado para o mínimo é de R\$ 260.

– Foi estabelecido um diálogo muito bom na reunião, e as coisas estão caminhando bem – afirmou Palocci.

O ministro informou que o governo deve investir mais de R\$ 10 bilhões este ano em programas sociais.



DEFINIÇÃO Antonio Palocci, ministro da Fazenda, reuniu-se ontem com senadores governistas e descartou reajuste superior a R\$ 20

– O salário mínimo é um dos instrumentos de combate à pobreza. Não podemos discutir salário mínimo isoladamente. Temos um conjunto de medidas previstas no orçamento que têm resultado no efetivo combate à pobreza – assinalou.

Palocci sustentou que o aumento proposto pelo governo é maior do que o do ano passa-

do. Disse também não entender por que tanta polêmica em torno da questão. É preciso considerar, alegou, que o salário não é apenas o seu valor nominal, mas o poder de compra que representa. Segundo Palocci, o poder de compra do mínimo deste ano é maior do que o do ano passado se for levado em conta que a inflação

de 2003 era mais alta, de 17,2%. Hoje, acrescentou, é de 5%.

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), disse que não foi discutida com o ministro a data em que a MP do salário mínimo será colocada em votação. A matéria foi lida pela Mesa na última sexta-feira.

– Não temos decisão ainda sobre a data de votação. Não deliberamos nada até porque a MP não tranca a pauta – declarou a senadora.

O relator da MP, senador Sibá Machado (PT-AC), descartou qualquer alteração na proposta encaminhada pelo governo e já aprovada pelos deputados. Ele confirmou a informação do ministro da Fazenda de que haverá negociação dentro da LDO sobre outros componentes para distribuição de renda e até mesmo sobre o salário mínimo.

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a reunião com Palocci não alterou suas posições sobre o valor do salário mínimo. Ele defende um míni-

mo equivalente a US\$ 100.

– Cada um manteve as suas convicções. Eu continuo insistindo que há três senadores do PT que não votam a favor dos R\$ 260. O ministro pediu um voto de confiança e disse que não seria bom para o governo ser derrotado neste momento. Mas isso não mudou nada.

O senador ressaltou que apresentou ao ministro uma série de argumentos e de fontes para assegurar um aumento maior. Paim informou que vai encaminhar ao governo denúncia de desvio da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que acredita numa vitória apertada do Executivo. Segundo ele, o governo deverá ganhar por apenas dois ou três votos a mais do que o necessário. Para aprovação de MP, é necessária maioria simples, estando presente no Plenário a maioria absoluta dos 81 senadores.



ROMERO JUCÁ

Salário deve ter política de recuperação

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse que a base do governo está discutindo uma política de recuperação do salário mínimo ao longo do tempo, para evitar discussões pontuais a cada ano, como está se verificando novamente este ano.

– Em vez de se continuar discutindo a questão do mínimo conjuntamente, se R\$ 260 ou R\$ 275, temos que buscar mecanismos de recuperação do mínimo.

Jucá, relator-geral do Orçamento da União para 2005, afirmou que, juntamente com os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e Sibá Machado (PT-AC), relator da MP do salário mínimo, serão buscados mecanismos para recuperar o poder de compra do salário mínimo já a partir do próximo ano.



MARCELO CRIVELLA

Parte do superávit pode bancar R\$ 300

Ao pedir que o governo reajuste o mínimo em valor superior a R\$ 260, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) afirmou que o valor de R\$ 300 poderia ser bancado por uma fração do superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

No ano passado, esse percentual representou R\$ 67 bilhões e deve gerar algo em torno de R\$ 70 bilhões em 2004, disse, ressaltando que esse dinheiro, “retirado da sociedade sob forma de tributos”, não é devolvido a ela. “É usado para pagar juros. Mas os receptores desses juros não querem dinheiro, que nada rende, eles querem mais títulos públicos que o Banco Central lhes vende.” Segundo Crivella, o BC esteriliza esse dinheiro, em vez de colocá-lo em circulação para gerar crescimento econômico e empregos, porque teme a volta da inflação.



EDUARDO S. CAMPOS

PSDB votará contra proposta do governo

Em nome da liderança do PSDB, o senador Eduardo Siqueira Campos (TO) comunicou que seu partido decidiu votar contra o mínimo de R\$ 260, e a favor da emenda sugerida pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC), que garante R\$ 275. De acordo com Eduardo, a posição foi tomada no início da tarde de ontem no gabinete do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Ele disse que a bancada considerou que esse valor é viável para o país.

O senador informou ainda que o PSDB fechou questão quanto à obrigatoriedade da presença dos parlamentares no Plenário durante o exame da MP, para evitar que “a proposta que mais beneficia o trabalhador seja derrotada”.

– Não comparecer na hora da votação é não apoiar a causa dos trabalhadores – declarou.



PAULO PAIM

Há recursos para garantir um aumento maior

O senador Paulo Paim (PT-RS) informou que participou, com parlamentares da base do governo, de reunião com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para discutir o salário mínimo.

– Foi uma reunião de altíssimo nível, em que mostramos que não há necessidade de retirar R\$ 11 bilhões da área social para conceder aumento mais substancial ao mínimo.

Paim disse que há superávit de R\$ 31,77 bilhões na Previdência, graças à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), além de haver “renúncias fiscais descaídas” na Seguridade Social que chegaram a R\$ 13,83 bilhões no ano de 2003.

– A dívida dos grandes devedores chega a R\$ 173,8 bilhões, e R\$ 39,89 bilhões da Seguridade foram usados para outros fins.



PAPALÉO PAES

É preciso mostrar que o trabalhador tem prioridade

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) fez apelo ao presidente da República para que aproveite a tramitação da medida provisória do salário mínimo no Senado e apresente proposta em que os trabalhadores possam ver que o governo tem o social como prioridade.

– O Executivo deve ouvir o Congresso, e não pode tão-somente impor as suas alegações da existência de dificuldades que impedem um reajuste substancial e digno do salário mínimo – afirmou.

De acordo com Papaléo, a ocasião é propícia para o presidente Lula demonstrar que as ações do seu governo estão voltadas para os mais necessitados, em coerência com seus discursos de campanha. O valor do mínimo proposto pelo governo, disse, causou decepção entre os trabalhadores mais necessitados.

Gasto público poderá ser divulgado na Internet

■ **Objetivo da proposta aprovada pela CAE é assegurar maior transparência das contas do governo**

Projeto de lei determinando que informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados e dos municípios sejam publicadas na Internet, em tempo real, recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De autoria do senador João Capiberibe (PSB-AP), a proposta,

que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), vai agora ao exame do Plenário.

O objetivo da proposição (PLS Complementar 130/03), aprovada por meio de substitutivo elaborado pelo relator, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), é assegurar maior transparência da gestão pública. Entre as informações que devem ser publicadas estão o número do processo, o bem fornecido ou prestado, a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, o procedimento licitatório e o lançamento e o recebimento das receitas.

– Trata-se de permitir um

acompanhamento *pari passu* da gestão orçamentária das três esferas de governo e de impor sanções àqueles que não observarem os ditames da lei. O que se está propondo é, portanto, um nível mais detalhado de acesso às informações para todos os cidadãos – afirmou Sérgio Guerra em seu relatório.

O relator retirou da proposta a exigência do oferecimento de terminais para consulta da população e incorporou emenda da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) alterando os prazos para que os municípios menores possam se adequar às determinações. A União, os estados e os

municípios com mais de 100 mil habitantes teriam um ano para cumprir o disposto na proposta, enquanto municípios com mais de 50 mil e menos de 100 mil habitantes dispõem de dois anos e aqueles com menos de 50 mil habitantes, quatro anos.

Antes da votação, Capiberibe fez uma apresentação na CAE de como o projeto funciona na prática, apresentando o sítio do governo do Amapá na Internet. A proposta já havia recebido parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de autoria de Demostenes Torres (PFL-GO). Na-



DECISÃO Projeto de autoria de João Capiberibe vai agora a votação no Plenário

quela ocasião, os senadores se manifestaram favoravelmente à proposta, que, segundo Capiberibe, é uma das prioridades do seu mandato.

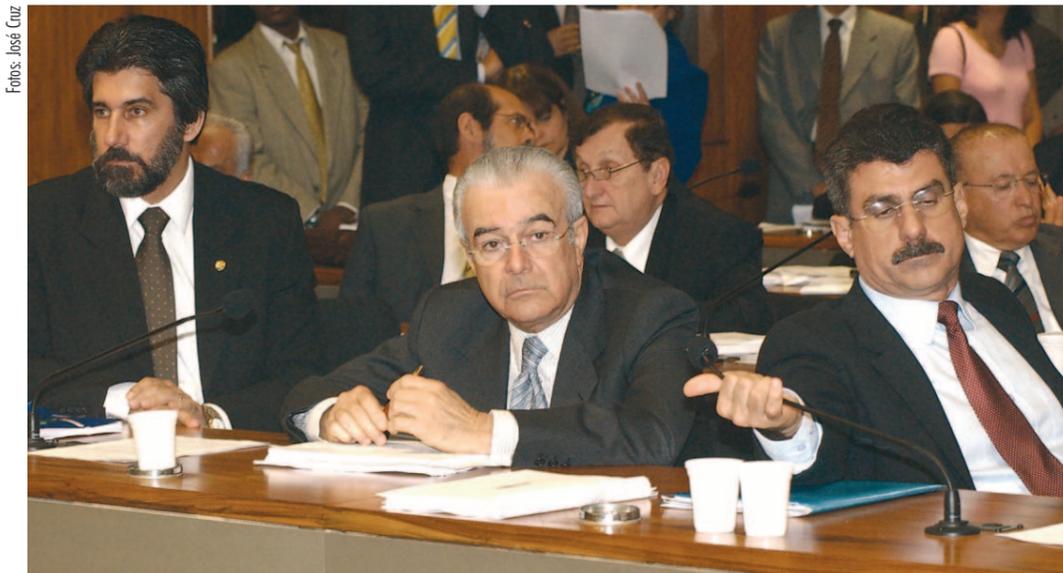
Promotores pedem mais rigor contra roubo de veículos

Os promotores públicos do Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) Eder Segura e Levy Emanuel Magno sugeriram aos integrantes da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) sobre o desmanche de veículos que estudem a possibilidade de tornar obrigatória a identificação de mais peças dos automóveis. Eles acreditam que essa seria uma forma de reduzir drasticamente os índices de furto e roubo de veículos.

Segundo o relator da CPI do Desmanche, deputado Hidetazu Takayama (PMDB-PR), a comissão está analisando, junto com a indústria automobilística, uma forma de tornar obrigatória a identificação de no mínimo 25 a 35 peças de cada automóvel, mas sem que essa medida implique impacto econômico para as fábricas.

O promotor Eder Segura opinou que, se a idéia for adotada, dificultará o trabalho do criminoso e, conseqüentemente, reduzirá o roubo ou furto com a finalidade da venda de suas peças.

Já Emanuel Magno informou que o Gaeco recebeu várias denúncias sobre um tipo de fraude praticado contra as seguradoras. O próprio proprietário do veículo, ou um cúmplice, conduz o automóvel segurado até o Paraguai, onde é feita a transferência para uma outra pessoa, e depois aciona a seguradora para receber a indenização.



META Jucá (D) afirma que governo quer aprovar proposta que carreie recursos para o desenvolvimento

Comissão ganha mais tempo para discutir PPP e vota projeto no dia 15

Atendendo a requerimento do líder em exercício do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou para a próxima terça-feira a votação do projeto do Executivo que fixa normas sobre parcerias público-privadas (PPP) no país. Os senadores do colegiado concordaram, de forma unânime, que é preciso aprofundar o debate em torno da proposta do governo, já aprovada pela Câmara.

Até aquela data, como informou o presidente da CAE, Ramez Tebet (PMDB-MS), as lideranças partidárias deverão se reunir para discutir melhores formas de analisar o projeto (PLC 10/04), inclusive em audiência pública que contaria com a presença dos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Planejamento, Guido Mantega, além do presidente do Ban-

co Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, e especialistas.

Desde a abertura dos debates sobre o projeto das PPPs, parecia claro que a maioria dos integrantes da CAE não desejava a votação do relatório de Valdir Raupp (PMDB-RO) sem que o tema fosse muito bem discutido. O primeiro a defender essa posição foi Roberto Saturnino (PT-RJ), ao anunciar que se absteria de votar a matéria, mesmo integrando a bancada governista, por considerar que existe um caminho melhor para se dotar o país dos recursos necessários para investimentos em infra-estrutura.

Saturnino argumentou que o governo ainda tem tempo para rever o seu ponto de vista, sendo acompanhado nesse raciocínio por Pedro Simon (PMDB-

RS) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), que também anunciaram a disposição de se abster em caso de votação.

Em seguida, Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) defenderam a importância de que a discussão seja ampliada e aprofundada, ressaltando que não se tratava de um embate entre governo e oposição, nem tampouco uma estratégia protelatória. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) manifestou preocupação com os direitos dos usuários.

Autor do requerimento, Romero Jucá explicou que “a idéia do governo é aprovar uma proposta que possa carrear os investimentos para o desenvolvimento do país, e não atropelar a discussão sobre tão importante assunto. Estamos até caminhando para aproveitar as sugestões de Tasso Jereissati”.

Secretário diz que a área social não foi prejudicada

Em exposição feita ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, informou que o governo superou sua previsão inicial de superávit primário do primeiro quadrimestre em R\$ 6 bilhões, mas garantiu que os ministérios da área social não vêm sendo prejudicados. Ele informou que esses ministérios gastaram 95,5% do seu limite para os primeiros quatro meses, enquanto os demais utilizaram 68,6% do previsto.

Joaquim Levy compareceu ao Congresso Nacional para explicar o desempenho fiscal do quadrimestre, obedecendo a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele admitiu, no entanto, que o governo deixou de liberar nos quatro meses R\$ 4,6 bilhões das chamadas despesas discricionárias, entre elas investimentos.

Documento preparado pelos consultores da CMO, e distribuído aos deputados e senadores, informa que o Executivo vem liberando gradualmente as verbas contingenciadas no início do ano, mas ainda resta R\$ 1,9 bilhão indisponível no Tesouro Nacional. Os consultores estranham ainda que o governo não tenha levado em conta as recentes alterações no cenário econômico (como elevação do dólar frente ao real) ao executar o orçamento da União no primeiro quadrimestre do ano.

Recesso de julho pode ser adiado para agosto

Proposta foi levada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelos presidentes do Senado e da Câmara

O presidente do Senado, José Sarney, e o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, propuseram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o recesso constitucional de julho do Congresso Nacional seja adiado para agosto. Assim, os trabalhos do Legislativo poderão se estender por maior período antes das eleições municipais de outubro. A informação foi dada por Sarney em entrevista ontem, durante a realização de seminário que discutiu o tema "Agenda para o desenvolvimento sustentável da infra-estrutura".

O presidente da Câmara também participou do seminário e informou que a sugestão foi feita a Lula para garantir a votação de seis matérias importantes. "Se a proposta for aceita, trabalharemos com esforço concentrado para votar esses projetos até o fim de julho", disse. Na Câmara, será prioridade o exame das leis que tratam das agências reguladoras, incorporações imobiliárias e inovações tecnológicas. No Senado, terão prioridade nesse período o projeto que institui as parcerias público-privadas, a Lei de Falências e a Lei de Biossegurança.

Durante o evento que debateu os investimentos em infra-estrutura, o presidente José



HOMENAGEM Sarney assina o livro de condolências pela morte de Reagan, ao lado da embaixadora Donna Hrinak e de João Alberto

Sarney destacou que, com a eleição de Lula para a Presidência, todas as classes sociais já chegaram ao poder.

— Isso conclui o ciclo republicano. É um trunfo enorme para o Brasil. Mais para a frente, ninguém poderá reclamar que não teve oportunidade de governar o país — assinalou.

O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que participou do evento, afirmou que o Brasil vive uma situação "esquizofrênica", porque tem demanda de infra-estrutura mas não consegue suprir as necessidades do setor.

Homenagem

No início da tarde de ontem, Sarney foi à embaixada dos Estados Unidos para assinar o livro de condolências alusivo à morte do ex-presidente Ronald Reagan. Sarney homenageou o líder americano lembrando a importância de seu papel para o fim da Guerra Fria.

— O presidente Reagan mar-

cou a história contemporânea com sua presença muito firme e decidida. Ele é credor da Humanidade em razão do trabalho realizado pelo fim das ideologias, fim da confrontação nuclear e vitória dos ideais de liberdade e de democracia.

Acompanhado do senador João Alberto Souza (PMDB-MA), Sarney foi recebido pela embaixadora Donna Hrinak, com quem trocou palavras a respeito das realizações de Reagan desde que chegou à Presidência dos Estados Unidos, em 1981.

Ainda ontem, José Sarney recebeu a visita do fotógrafo Albani Ramos, que inaugurou exposição de sua obra no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, simultaneamente ao lançamento do seu livro *Brinquedos Encantados*.

A publicação tem o prefácio de Sarney, que considera a obra "documentário de extraordinária diversidade cultural".

do Planejamento, por propor um reajuste de R\$ 20 no salário mínimo.

4. Humberto Costa, ministro da Saúde, por ter nomeado como seus auxiliares de confiança os chefes da fraude com recursos destinados à compra de remédios para hemofílicos e diabéticos.

5. Jaques Wagner, ex-ministro do Trabalho, por ter autorizado doação de R\$ 7,5 milhões à organização não-governamental petista Ágora.

Senado deverá aprovar demarcação de terras

A Comissão das Questões Fundiárias aprovou ontem relatório parcial do senador Delcídio Amaral (PT-MS) sobre demarcação de terras indígenas. O documento recomenda prioridade à proposta de emenda à Constituição (PEC) que dá ao Senado a atribuição de aprovar os processos demarcatórios e prevê o envolvimento do Conselho de Segurança Nacional (CSN) quando se tratar de terra indígena em região de fronteira.

As terras invadidas pelos índios antes de ultimado o procedimento demarcatório não poderão ser declaradas terras indígenas, conforme o relatório. Também integra o documento

recomendação de apoio à PEC que permite a plena indenização das propriedades tituladas, e não apenas das benfeitorias.

No que se refere especificamente a Mato Grosso, o relatório destaca duas propostas: uma que exclui as propriedades em que haja títulos domaniais legítimos expedidos pelos governos federal ou estadual, e outra que retira faixa de 50 quilômetros ao longo da fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia. A comissão ouvirá hoje o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes. Na próxima quarta-feira (17), os senadores deverão ir a Rondônia e no dia 25, ao Mato Grosso.



RECOMENDAÇÕES Delcídio (à esquerda, com Mozarildo) explica detalhes do relatório, que pede indenização às propriedades tituladas

Valadares divulga ações para revitalizar Rio São Francisco

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou ontem, em Plenário, o envio de abaixo-assinado à Câmara dos Deputados a favor da votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 524-A/02) que manda instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. De autoria do parlamentar sergipano, a PEC encontra-se parada na comissão especial destinada a dar parecer sobre a matéria.

Valadares também se referiu à realização, em Aracaju, do Fórum Ambiental do Baixo São Francisco, nos dias 2 e 3 deste mês. Durante o encontro, foram discutidos temas como ações e programas de educação ambiental em Sergipe e o projeto de revitalização da Bacia



APELO Valadares pede votação de PEC que está parada em comissão especial da Câmara

do São Francisco.

O senador pediu ao ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, a construção de campos de pelada e o retorno dos Jogos Estudantis Brasileiros (Jebs), iniciativa que, na opinião de Valadares, revelou muitos atletas para o país.

Troféu Berzoini tem cinco candidatos



PREMIAÇÃO José Jorge anuncia as autoridades que concorrem à nova edição do prêmio

O senador José Jorge (PFL-PE) anunciou ontem a nova edição do Troféu Berzoini de Crueldade. O parlamentar informou que são cinco os candidatos à premiação.

1. André Singer, porta-voz do Planalto, por ter proposto a expulsão do correspondente estrangeiro Larry Rohter.

2. Antonio Palocci, ministro da Fazenda, por propor um redutor de R\$ 100 na tabela de Imposto de Renda.

3. Guido Mantega, ministro

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Papaléo Paes